



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

A PRESENÇA DE ASSISTENTES SOCIAIS NAS REDES MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NO BRASIL

ADRIANA FREIRE PEREIRA FÉRRIZ¹

SHEILA AMARAL ROSA²

RESUMO

O presente artigo apresenta os resultados da segunda etapa da pesquisa intitulada "Tendências do Trabalho De Assistentes Sociais na Educação Básica Pública do Brasil". Tais resultados referem-se ao levantamento de dados realizado durante a segunda etapa da pesquisa nos anos de 2023 e 2024. A pesquisa identificou 1.197 municípios brasileiros com assistentes sociais atuando na educação básica pública.

Palavras-chave: Educação básica, Trabalho profissional. Assistente social.

ABSTRACT:

This article presents the results of the second stage of the research "Trends in the work of social workers in public basic education in Brazil". These results refer to the data collection carried out during the years 2023 and 2024. The Research identified 1,197 municipalities with social workers at public basic education.

Keywords: Basic education, professional work, social worker.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados da segunda etapa da pesquisa intitulada "Tendências do Trabalho de Assistentes Sociais na Educação Básica Pública do Brasil", financiada pela Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021 – Universal, que está sendo desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação

¹ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Universidade Federal da Bahia

² Universidade Federal da Bahia

(GEPESSE). Os resultados aqui apresentados referem-se ao levantamento de dados realizado durante a segunda etapa, abrangendo o período de setembro de 2023 a março de 2024.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar o trabalho do assistente social no âmbito da política de educação básica pública no território nacional. Os objetivos específicos são identificar os profissionais que compõem junto com os assistentes sociais, a equipe técnica, de forma específica o psicólogo; identificar as condições funcionais de trabalhos de assistentes sociais que atuam na educação básica nas regiões do Brasil; subsidiar a criação de indicadores referentes às atribuições e competências deste profissional na política de educação; analisar os fundamentos teóricos que sustentam o trabalho dos assistentes sociais (concepção de educação, de política de educação, da própria profissão); analisar as requisições e as respostas profissionais dos assistentes sociais; e, refletir sobre os desafios do trabalho do assistente social no trabalho coletivo desenvolvido na área da educação.

A pesquisa foi pensada para ser desenvolvida em três anos dividida em três fases. A primeira fase consistiu em um levantamento da produção do conhecimento (teses e dissertações) existente nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil e dos trabalhos completos publicados nos anais dos fóruns do GEPESSE sobre a interface Serviço Social e educação; Esta fase foi realizada no período de 2021 a 2022 com foco na análise da produção do conhecimento sobre o trabalho profissional do assistente social na educação básica pública no Brasil, no intuito de mapear e analisar as tendências do trabalho de assistentes sociais na educação básica pública nas produções analisadas.

A segunda fase, que teve início no ano de 2023 e foi concluída no ano de 2024, privilegiou o mapeamento de estados e municípios, das cinco regiões do Brasil, que possuem em seu quadro de funcionários, assistentes sociais atuando na educação básica pública. Considerando as dimensões territoriais do Brasil foram utilizadas algumas estratégias para alcançar o maior número de municípios brasileiros. A primeira consistiu em localizar municípios mencionados em estudos sobre o tema em cada região do país. A segunda estratégia foi identificar municípios por meio de editais de concursos para assistentes sociais na educação. A terceira envolveu levantar cidades com *campi* de Institutos Federais, visando obter informações sobre assistentes sociais nesses locais. Além disso, consultas a registros de cargos e folhas de pagamento municipais foram feitas pelo Portal de Transparência. A quarta estratégia contou com a colaboração de pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na Educação, que auxiliaram na identificação de municípios e profissionais atuantes.

Além das estratégias de mapeamento mencionadas, foi realizado o I Encontro Estadual



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de Pesquisa do GEPESSE, com foco no tema da pesquisa. O evento consistiu em encontros *on-line* simultâneos em vários estados do país, divididos em duas fases devido à abrangência do território brasileiro. Os primeiros encontros ocorreram nos dias 16 e 17 de agosto de 2023, abrangendo os estados: Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Roraima. Nos dias 13 e 14 de setembro, ocorreram os encontros nos demais estados: Acre, Rondônia, Alagoas, Amapá, Ceará, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, Sergipe, Pernambuco, Tocantins, Maranhão, Pará, Santa Catarina, Goiás e Distrito Federal.

A terceira fase, está em desenvolvimento no ano de 2024, consiste no contato direto com as (os) assistentes sociais para identificação das tendências do trabalho do assistente social na educação básica, através de um formulário do *google forms*. Além disso, realizaremos alguns cursos de Formação Permanente, mais especificamente, cursos de sistematização da experiência profissional. Será elaborado um relatório final da pesquisa que será entregue ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A socialização dos resultados da pesquisa se dará através da publicação de um *e-book*, de artigos científicos e da participação em eventos realizados pelo GEPESSE e em eventos realizados pela nossa categoria. Por fim, será entregue uma cópia do relatório final da pesquisa ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

O texto apresenta parte dos resultados da pesquisa. O foco principal deste artigo é apresentar os dados mapeados na segunda fase da pesquisa, a saber, o mapeamento dos municípios e estados que contam com assistentes sociais em seus quadros funcionais da política de educação básica pública.

2. SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

A inserção de assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais no campo da educação básica pública no Brasil acompanha a própria história do Serviço Social brasileiro, ou seja, desde os primórdios do Serviço Social no país há registros de experiências de assistentes sociais na educação básica.

Entretanto, a educação básica não se constituiu num campo historicamente contratante de assistentes sociais e temos a diferenciação entre a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, que particularizam estes níveis e modalidades da educação. Dessa forma, para



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

falar sobre o trabalho coletivo de assistentes sociais na educação básica é preciso localizar este trabalho em um campo específico: educação infantil, ensino fundamental ou ensino médio.

Para pensar como o assistente social é requisitado, quais são as suas atribuições e competências no campo específico da educação básica precisamos levar em conta alguns elementos mais significativos. Primeiro, não há um reconhecimento já institucionalizado que se expresse em um conjunto de normas e regulamentos ou programas bem definidos como ocorre no campo da assistência estudantil que define o conjunto de atribuições e competências que cada assistente social que lhes são exclusivos ou lhes são mais requisitados.

No campo do ensino fundamental, isso vai depender, sobretudo, do projeto pedagógico da educação no âmbito municipal, ou seja, como está estruturada a concepção de educação, como uma secretaria de educação se estrutura, se organiza para a oferta de serviços educacionais. Por isso, é importante que o assistente social conheça o projeto de educação do município, conhecer a cultura política, as correlações de forças, a existência de projetos públicos e privados, além de entender se há no município uma compreensão acerca da definição de assistentes sociais como profissionais da educação.

No ensino fundamental, há um direcionamento focado nas atividades de cunho pedagógico, no processo de supervisão, na avaliação do processo de ensino aprendizagem, na definição do conjunto de categorias que são responsáveis pelos conteúdos curriculares, e não há uma cultura institucionalizada, um desenho, uma formatação que assegure o lugar de atuação do assistente social, salvo nos municípios que já possuem assistentes sociais na educação a bastante tempo.

O assistente social, no âmbito do ensino fundamental, pode atuar no campo da gestão, nas coordenadorias, nas secretarias, na articulação com os conselhos de políticas, com os conselhos de direitos, pode atuar dentro de uma perspectiva intersetorial, no acompanhamento de um conjunto de escolas ou atuar dentro de uma mesma escola, pode atuar em programas e projetos. Assim sendo, este é campo diversificado, que vai ajudar a pensar a compreender a nossa inserção dentro da noção de trabalho coletivo, na medida em que a execução de uma política pública, como a política de educação, envolve um conjunto ampliado e diversificado de trabalhadores, a combinação de diferentes racionalidades na oferta destes serviços, desde a organização de serviços públicos e privados, a organização dos ciclos de ensino, percursos formativos, estruturas curriculares, projetos pedagógicos, projetos especiais, por acompanhamento de turmas específicas. Estas racionalidades, esta forma específica de prestação de serviço, é que precisa ser apreendida por nós para reconhecermos como nos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

inserimos dentro desta estrutura de prestação dos serviços educacionais.

Precisamos reconhecer que embora não tenhamos uma requisição única, esta surge de acordo com a característica da execução da política na esfera municipal. Ainda que seja requisitado do profissional do Serviço Social um projeto de intervenção, uma apresentação daquilo que é mais relevante do ponto de vista da atuação na educação que pode estar relacionado às condições de permanência, de acesso, à gestão democrática da política educacional, ao reconhecimento e a ampliação da qualidade da direção ético-política do projeto educacional, de alguma forma o contratante do assistente social tem uma expectativa: contrata para trabalhar com família ou para responsabilizá-la, ou para articular junto à rede socioassistencial, ou buscar algum elemento de mobilização dos servidores, dos trabalhadores para o atingimento de metas educacionais. É isso que vai dar a dimensão mais exata, mais completa, de como nos localizamos na política educacional. Então, no campo da educação fundamental não está definido, mas têm alguns elementos nos quais podemos nos apoiar para pensarmos tanto nas possibilidades quanto na inserção concreta que vem sendo desenvolvida pelas experiências já em curso.

O Manual de Orientações para a implementação da Lei nº 13.935/2019 apresenta as atribuições do assistente social na educação básica, a saber,

1. Contribuir com o direito à educação, bem como o direito ao acesso e permanência na escola com a finalidade da formação dos estudantes para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade; 2. Contribuir para a garantia da qualidade dos serviços aos (às) estudantes, garantindo o pleno desenvolvimento da criança e do (a) adolescente, contribuindo assim para sua formação, como sujeitos de direitos; 3. Atuar no processo de ingresso, regresso, permanência e sucesso dos/as estudantes na escola; 4. Contribuir no fortalecimento da relação da escola com a família e a comunidade, na perspectiva de ampliar a sua participação na escola; 5. Contribuir com o processo de inclusão e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais na perspectiva da inclusão escolar; 6. Criar estratégias de intervenção frente a impasses e dificuldades escolares que se apresentam a partir de situações de violência, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, assim como situações de risco, reflexos da questão social que perpassam o cotidiano escolar; 7. Atuar junto às famílias no enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos humanos e sociais, como a própria educação; 8. Fortalecer e articular parcerias com as equipes dos Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS, unidades de saúde, movimentos sociais dentre outras instituições, além de espaços de controle social para viabilizar o atendimento e acompanhamento integral dos/as estudantes; 9. Realizar de assessoria técnica junto à gestão escolar, bem como participar dos espaços coletivos de decisões. 10. Contribuir em programas, projetos e ações desenvolvidos na escola que se relacionem com a área de atuação; 11. Propor e participar de atividades formativas destinadas à comunidade escolar sobre temas relevantes da sua área de atuação; 12. Participar de ações que promovam a acessibilidade; e, 13. Contribuir na formação continuada de profissionais da rede pública de educação básica (CFESS/CFP, 2021, p. 31).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nesse sentido, o trabalho de assistentes sociais na educação básica segue as orientações do Conselho Federal de Serviço Social definidas no documento Subsídios para a atuação de assistentes sociais na educação (CFESS, 2014) que aponta quatro pilares orientadores do trabalho na política de educação: 1. o acesso à educação; 2. a permanência na educação; 3. a democratização das relações e decisões institucionais na educação; e, 4. a qualidade dos serviços oferecidos nas escolas.

Partimos da compreensão de Saviani (2020, p. 02). sobre a educação básica ao definir que

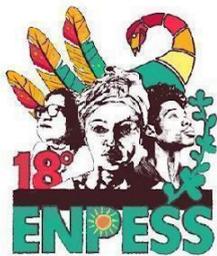
A educação básica constitui o parâmetro de referência para compreendermos no âmbito da política de educação os limites das tendências de universalização da educação pública no Brasil. Representa no plano organizacional o modo como a política de educação se articula aos interesses gerais de reprodução do capital, em particular no que diz respeito aos processos de formação técnica e intelectual da força de trabalho para o trabalho simples.

Logo, pode-se concluir que a atuação dos Assistentes Sociais na educação básica, principalmente na esfera pública e municipal, apresenta uma característica “centrada na garantia do acesso e permanência dos estudantes nas instituições educacionais, porém há incidências de ações relacionadas à garantia da qualidade do ensino e da gestão democrática além da forte presença na gestão social” (Férriz; Martins; Almeida, 2018, p. 16). Frigotto (2003, p. 97) alerta que ocorre uma disputa entre o ajuste dos sistemas educacionais às demandas da nova ordem do capital e as demandas por uma efetiva democratização do acesso ao conhecimento em todos os seus níveis.

Para o Serviço Social, isso se dá pensar em “parâmetros para a atuação do (a) assistente social na Política de Educação de maneira apropriada a complexidade e a diversidade que conforma tal política”, conforme sanciona documentos do Conselho Federal de Serviço Social, contudo,

[...] a categoria não dispõe de um acúmulo resultante de encontros e reflexões coletivas, assim como de produção de conhecimento, sobre as experiências profissionais realizadas nas diferentes instituições de educação nas quais se insere o/a assistente social, que justificasse essa forma de orientação do exercício profissional, tal como ocorreu, por exemplo, na construção dos parâmetros para a atuação profissional nas políticas de assistência social e saúde (CFESS, 2011, p. 8).

A respeito da relação entre Serviço Social e Educação e a inserção de assistentes sociais neste campo de atuação, as contribuições de Almeida (2003, p. 2) elucidam que esta aproximação decorre dos “avanços e acúmulos teóricos da profissão nas discussões em torno das políticas sociais como lócus privilegiado da ação profissional” e da organização política desta categoria profissional, bem como sua aproximação e articulação com movimentos sociais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A inserção de assistentes sociais na política de educação básica no país ganha um novo impulso no ano de 2019 com a aprovação da Lei nº 13.935/2019 que define que “as redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais” (Brasil, 2019, p. 01). A aprovação desta lei coloca a categoria frente a um novo desafio: continuar os processos de luta pela inserção de assistentes sociais nas escolas públicas municipais e estaduais, pois mesmo com a existência da lei federal muitos municípios e estados não regulamentaram a lei no prazo previsto – um ano a partir da publicação da lei.

3. A PRESENÇA DE ASSISTENTES SOCIAIS NAS REDES MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NO BRASIL

O mapeamento dos municípios brasileiros que contam com assistentes sociais em suas redes municipais e estaduais de educação básica foi realizado a nível regional. Tais dados representam o somatório das informações coletadas a partir da confirmação da presença do I Encontro Estadual de Pesquisa do GEPESSE de cada estado brasileiro, do contato com as secretarias municipais e estaduais de educação e da consulta ao portal de transparência dos municípios brasileiros. O mapeamento regional foi executado durante os anos de 2023 e 2024 com a colaboração de grupo de pesquisadores vinculados à pesquisa nacional realizada pelo GEPESSE. A equipe da pesquisa é formada por quatro coordenadores, por professores do magistério superior de várias universidades brasileiras, por assistentes sociais voluntárias e discentes de Serviço Social – bolsistas e voluntárias (os).

O levantamento revelou que as regiões Sudeste, Nordeste e Sul se destacam tanto na quantidade de municípios quanto no número de assistentes sociais atuando nos espaços sócio-ocupacionais da educação básica. Já as regiões Norte e Centro-Oeste aparecem com percentuais menores de municípios com assistentes sociais trabalhando na política de educação básica.

Na região Sudeste, foi confirmada a presença de 1244 (mil duzentos e quarenta e quatro) assistentes sociais atuando na rede pública de educação básica. Desses, 309 (trezentos e nove) atuam na rede estadual de ensino e 536 (quinhentos e trinta e seis) atuam na rede municipal. No que se refere à rede estadual de ensino identificamos a presença de 20 (vinte) assistentes sociais no Espírito Santo, 17 (dezessete) assistentes sociais no Rio de Janeiro, 260 (duzentos e sessenta) assistentes sociais em Minas Gerais e 12 (doze) assistentes sociais em



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

São Paulo.

A região Sudeste possui 1668 (mil seiscientos e sessenta e oito) municípios distribuídos nos estados do Espírito Santo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo. Destes, 536 (quinhentos e trinta e seis) municípios possuem assistentes sociais atuando na rede municipal de educação básica. A Tabela 1 apresenta a distribuição de assistentes sociais por estado e espaço sócio-ocupacionais na região Sudeste.

Tabela 1 – Espaços ocupacionais dos Assistentes Sociais que atuam na educação básica pública na região Sudeste

Estado	Unidades educacionais	Secretaria de educação	Não informado	TOTAL
Espírito Santo	116	85	05	206
Rio de Janeiro	114	44	15	173
Minas Gerais	672	295	110	1077
São Paulo	342	108	90	540
TOTAL	1244	532	220	1996

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Dos 1244 (mil duzentos e quarenta e quatro) assistentes sociais identificados na região Sudeste, 492 (quatrocentos e noventa e dois) atuam em unidades educacionais (escolas e/ou creches) e 532 (quinhentos e trinta e dois) atuam em Secretarias de Educação. Além disso, outros 220 (duzentos e vinte) profissionais foram confirmados, mas não foi informado o espaço sócio-ocupacional de lotação.

O estado de Minas Gerais se destaca tanto por possuir o maior número de municípios quanto pelo maior número de municípios com assistentes sociais e conseqüentemente o maior número de assistentes sociais atuando na educação básica. Já o Rio de Janeiro aparece com o menor número de assistentes sociais na educação básica.

Na região Nordeste, foi confirmada a presença de 665 (seiscientos e sessenta e cinco) assistentes sociais atuando na rede pública de educação básica. Desses, 42 (quarenta e dois) atuam na rede estadual de ensino e 585 (quinhentos e oitenta e cinco) atuam na rede municipal.

O estado de Sergipe possui o maior número de assistentes sociais atuando na rede estadual de ensino com 16 (dezesseis) assistentes sociais, seguido do Piauí com 12 (doze) assistentes sociais), da Paraíba com seis assistentes sociais, da Bahia com três assistentes sociais, do Maranhão com dois assistentes sociais, de Alagoas, do Ceará e do Pernambuco com apenas um assistente social cada e o Rio Grande do Norte não foi identificado profissional na



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

rede estadual de ensino.

A região Nordeste possui 1794 (mil setecentos e noventa e quatro) municípios distribuídos nos estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, do Maranhão, da Paraíba, do Pernambuco, do Piauí, do Rio Grande do Norte e de Sergipe. Destes, 275 (duzentos e setenta e cinco) municípios possuem assistentes sociais atuando na rede municipal de educação básica. A Tabela 2 apresenta a quantidade de municípios por estado na região versus a quantidade de municípios com a presença de assistentes sociais confirmada.

Tabela 2 – Quantidade de municípios por estado e quantidade de municípios com assistentes sociais na educação básica pública na região Nordeste

Estado	Total de municípios	Quantidade de municípios com assistentes sociais	Quantidade de assistentes sociais
Alagoas	102	25	81
Bahia	417	62	99
Ceará	184	34	50
Maranhão	217	21	49
Paraíba	223	44	208
Pernambuco	185	30	49
Piauí	224	27	40
Rio Grande do Norte	167	17	22
Sergipe	75	15	67
Total	1794	275	665

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Dos 665 (seiscentos e sessenta e cinco) assistentes sociais identificados na região Nordeste, 221 (duzentos e vinte e um) atuam em unidades educacionais (escolas e/ou creches) e 364 (trezentos e sessenta e quatro) atuam em Secretarias de Educação. Além disso, outros 80 (oitenta) profissionais foram confirmados, mas não foi informado o espaço sócio-ocupacional de lotação. A Tabela 3 apresenta a distribuição de assistentes sociais por estado e espaço sócio-ocupacionais na região Nordeste.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Tabela 3 – Espaços ocupacionais dos Assistentes Sociais que atuam na educação básica pública na região Nordeste

Estado	Unidades educacionais	Secretaria de educação	Não informado	TOTAL
Alagoas	20	61	-	81
Bahia	1	95	3	99
Ceará	6	44	-	50
Maranhão	25	24	-	49
Paraíba	147	43	18	208
Pernambuco	3	38	8	49
Piauí	-	24	16	40
Rio Grande do Norte	1	21	-	22
Sergipe	18	14	35	67
TOTAL	221	364	80	665

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Quando comparamos o número de assistentes sociais atuando diretamente em unidades escolares apenas três estados aparecem com mais assistentes em escolas do que em secretarias municipais, a saber, Paraíba, Sergipe e Maranhão, com destaque para o estado da Paraíba que de 208 (duzentos e oito) profissionais identificados 147 (cento e quarenta e sete) trabalham em unidades escolares, sendo que estes profissionais se referem apenas aos municípios de João Pessoa e de Campina Grande.

Na região Sul, foi confirmada a presença de 307 (trezentos e sete) assistentes sociais atuando na rede pública de educação básica. Desses, 19 (dezenove) atuam na rede estadual de ensino e 288 (duzentos e oitenta e oito) atuam na rede municipal. A Tabela 4 apresenta a distribuição de assistentes sociais que atuam nas redes municipais de educação por estado e espaço sócio-ocupacionais na região Sul.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Tabela 4 – Espaços ocupacionais dos Assistentes Sociais que atuam na educação básica pública na região Sul

Estado	Unidades educacionais	Secretaria de educação	Não informado	TOTAL
Paraná	17	101	9	127
Rio Grande do Sul	11	33	9	53
Santa Catarina	41	63	4	108
TOTAL	69	197	22	288

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Dos 288 (duzentos e oitenta e oito) assistentes sociais identificados na região Sul, 69 (Sessenta e nove) atuam em unidades educacionais (escolas e/ou creches) e 197 (cento e noventa e sete) atuam em Secretarias de Educação. Além disso, outros 22 (vinte e dois) profissionais foram confirmados, mas não foi informado o espaço sócio-ocupacional de lotação.

Na região Centro-Oeste, foi confirmada a presença de 86 (oitenta e seis) assistentes sociais atuando na rede pública de educação básica. Desses, 69 (sessenta e nove) atuam na rede estadual de ensino, sendo 12 assistentes sociais em Goiás, 45 no Mato Grosso e 29 no Mato Grosso do Sul. No Distrito Federal não foram identificados assistentes sociais na rede estadual de educação básica. Ainda foram identificados 17 (dezessete) que atuam nas redes municipais de ensino.

A região Centro-Oeste possui 467 (quatrocentos e sessenta e sete) municípios distribuídos em três estados (Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), além de 35 regiões administrativas que compõem o Distrito Federal. Destes, 85 (oitenta e cinco) municípios possuem assistentes sociais atuando na rede municipal de educação básica. A Tabela 5 apresenta a quantidade de municípios por estado na região versus a quantidade de municípios com a presença de assistentes sociais confirmada.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Tabela 5 – Quantidade de municípios por estado e quantidade de municípios com assistentes sociais na educação básica pública na região Centro-Oeste

Estado	Total de municípios	Quantidade de municípios com assistentes sociais	Quantidade de assistentes sociais
Goiás	246	11	12
Mato Grosso	142	12	45
Mato Grosso do Sul	79	62	29
Total	467	85	86

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Dos 86 (oitenta e seis) assistentes sociais identificados na região Centro-Oeste, 33 (trinta e três) atuam em unidades educacionais (escolas e/ou creches) e 53 (cinquenta e três) atuam em Secretarias de Educação. Além disso, outros 2 (dois) profissionais foram confirmados, mas não foi informado o espaço sócio-ocupacional de lotação. A Tabela 6 apresenta a distribuição de assistentes sociais por estado e espaço sócio-ocupacionais na região Centro-Oeste.

Tabela 6 – Espaços ocupacionais dos Assistentes Sociais que atuam na educação básica pública na região Centro-Oeste

Estado	Unidades educacionais	Secretaria de educação	Não informado	TOTAL
Goiás	4	8	-	12
Mato Grosso	24	19	2	45
Mato Grosso do Sul	24	5	-	29
TOTAL	33	51	2	86

Fonte: Elaboração própria, 2024.

É importante acrescentar duas informações relevantes sobre o mapeamento no Centro-Oeste: primeiramente, até o encerramento da fase de mapeamento, não foi identificado nenhum profissional atuando no Distrito Federal, e por isso, o Distrito Federal não está contabilizado nas tabelas. Além disso, nos demais estados foram identificados profissionais atuando em mais de um município.

Na região Norte, foi confirmada a presença de 254 (duzentos e cinquenta e quatro) assistentes sociais atuando na rede pública de educação básica. Desses, 78 (setenta e oito) profissionais atuam na rede estadual de ensino e 176 (cento e setenta e seis) profissionais atuam na rede municipal. O estado do Amazonas possui o maior número de assistentes sociais na rede estadual com 52 (cinquenta e dois) profissionais, seguido de Roraima com dez,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Tocantins com sete, Rondônia com seis, Amapá com dois e Pará com apenas um profissional. A Secretaria de Educação do estado do Acre confirmou não possuir assistentes sociais atuando na rede estadual de educação.

A região Norte possui 451 (quatrocentos e cinquenta e um) municípios distribuídos nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, do Pará, de Rondônia, de Roraima e do Tocantins. Destes, 102 (cento e dois) municípios possuem assistentes sociais atuando na rede municipal de educação básica. Dos 254 (duzentos e cinquenta e quatro) assistentes sociais identificados na região Norte, 39 (trinta e nove) atuam em unidades educacionais (escolas e/ou creches) e 215 (duzentos e quinze) atuam em Secretarias de Educação. A Tabela 7 apresenta a distribuição de assistentes sociais por estado e espaço sócio-ocupacionais na região Norte.

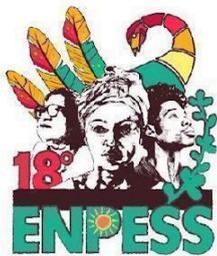
Tabela 7 – Espaços ocupacionais dos Assistentes Sociais que atuam na educação básica pública na região Norte

Estado	Unidades educacionais	Secretaria de educação	TOTAL
Acre	01	12	13
Amapá	01	11	12
Amazonas	03	119	122
Pará	02	12	14
Rondônia	04	12	16
Roraima	09	11	20
Tocantins	19	38	57
TOTAL	39	215	254

Fonte: Elaboração própria, 2024.

É importante ressaltar que esses dados representam uma imagem em constante evolução, sujeita a alterações à medida que novas informações são coletadas. Ainda assim, com base nos dados obtidos através do mapeamento dos espaços sócio-ocupacionais de atuação dos assistentes sociais nas cinco regiões do Brasil, emergem algumas constatações. Primeiramente, destaca-se a discrepância no quantitativo de assistentes sociais atuando na educação básica entre diferentes regiões, com algumas apresentando números significativamente menores. Por exemplo, na região Centro-Oeste, foram localizados apenas 86 profissionais.

Adicionalmente, observa-se uma disparidade no quantitativo de assistentes sociais em nível estadual, evidenciando uma distribuição desigual desses profissionais. Muitos municípios reportam apenas uma profissional vinculada às secretarias de educação, desempenhando



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

principalmente trabalho itinerante nas unidades educacionais. Esta realidade, embora possa ser influenciada pelo tamanho e população dos municípios, ressalta a escassez de profissionais nesse contexto.

É relevante notar a concentração dos assistentes sociais nas secretarias de educação, em detrimento de sua presença nas unidades escolares, indicando uma possível defasagem na implementação da Lei nº 13.935, de 2019, que prevê a presença de profissionais de serviço social nas redes públicas de educação básica. Esta concentração sugere a necessidade de uma análise mais profunda sobre os motivos subjacentes a essa distribuição desigual e a possível falta de estruturação para a presença efetiva dos assistentes sociais nas escolas. Todavia, os resultados da pesquisa também apontam para um cenário de mudança em alguns municípios, com a perspectiva de abertura de editais para contratação de assistentes sociais na educação básica. Este movimento sugere um reconhecimento gradual da importância desses profissionais no contexto educacional e pode representar um passo significativo em direção à adequação às diretrizes legislativas vigentes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É crucial destacar a relevância da Lei nº 13.935/2019, que estabelece a obrigatoriedade da inserção de profissionais de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica, desempenha um papel fundamental no acesso dos indivíduos que compõem as comunidades a seus direitos e no enfrentamento às expressões da questão social que se manifestam nesse âmbito. O mapeamento de municípios brasileiros com a presença de assistentes sociais desempenha um papel essencial na avaliação da implementação desta lei nas cinco regiões brasileiras, bem como no acompanhamento do impacto do trabalho dos assistentes sociais na educação básica.

Atualmente, pesquisa está se encaminhando para a fase de pesquisa de campo, em que entramos em contato direto com os(as) assistentes sociais (por e-mail e telefone) para identificação das tendências do trabalho do(a) assistente social na educação básica. A pesquisa de campo, aliada aos dados coletados a partir do levantamento bibliográfico e do mapeamento de municípios e estados que possuem assistentes sociais atuando na educação básica, possibilitará a identificação e análise das tendências do trabalho desses profissionais.

Considerando os desafios enfrentados no cotidiano profissional, as estratégias desenvolvidas para lidar com esses desafios e o fortalecimento do Serviço Social enquanto



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

categoria profissional inserida nesse contexto, será possível aprimorar as condições de trabalho desses(as) profissionais. À medida que esta pesquisa progride, continuaremos a monitorar estes desenvolvimentos e a trabalhar em estreita colaboração com os profissionais e gestores da educação, bem como o conjunto CFESS-CRESS, buscando o cumprimento das disposições da Lei nº 13.935/2019 e a melhoria contínua das condições de atuação dos assistentes sociais na educação básica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.935** de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Brochura Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POLEDUCACAOPERMANENTE.pdf, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na educação**, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS), CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A (O) Psicóloga (o) e a (o) assistente social na rede pública de Educação básica**: orientações para a regulamentação da Lei n. 13.935 de 2019. 1ª Ed. Brasília: CFP, 2020. <http://www.cfess.org.br/arquivos/manualassistsociaispsicologo2020.pdf>, 2019.

FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira, MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro, TEIXEIRA, Ney Luiz Teixeira de (orgs). **A sistematização do trabalho de assistentes sociais na educação básica**. Salvador: EDUFBA, 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Trabalho Necessário**, ano 13, n. 20, 2015. p. 206-233